



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 22 de julho de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 402/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 402/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 22/05/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 10/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 23/06/2025 por Valéria Cristina Martins dos Santos Motivo: Necessidade de avaliação e ou complementação de resposta
Solicitação À Prefeitura Municipal de Campinas Secretaria Municipal de Saúde A/C: Ouvidoria do SUS – Campinas Assunto: Solicitação de Relatório de Exames Laboratoriais Solicitados – UBS Pe. Anchieta (Janeiro a Maio de 2025) Prezados(as), Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), venho, por meio deste, solicitar o relatório contendo a quantidade de exames laboratoriais solicitados mensalmente na UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025. Se possível, solicito que os dados estejam organizados da seguinte forma: <input type="checkbox"/> Mês de referência <input type="checkbox"/> Quantidade total de exames solicitados <input type="checkbox"/> Classificação por tipo de exame (ex: hemograma, glicemia, colesterol, PSA, TSH, etc.) <input type="checkbox"/> Quantidade de coletas efetivamente realizadas Solicito que as informações sejam encaminhadas em formato digital acessível (preferencialmente em planilha Excel ou CSV), de forma clara e objetiva. Essa solicitação tem como objetivo acompanhar a demanda por exames e a capacidade de resposta da rede básica de saúde. Desde já, agradeço pela atenção e colaboração. Atenciosamente, Adriano Novo			

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** ofereceu a seguinte resposta:

DESPACHO

Campinas, 30 de junho de 2025.

A Diretora de Saúde

Ao Gabinete da Secretaria de Saúde

Em atenção ao pedido de acesso a informação no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com Art. 4º do decreto municipal, o município de Campinas possui no Portal de Transparência acessado no endereço eletrônico <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/portal-da-transparencia>

Neste portal, o cidadão tem acesso às informações referentes a contas públicas, convênios, emendas parlamentares, gestão de pessoas, fundos municipais, licitações e contratos, planejamento e prestação de contas, informações de saúde dos serviços e acesso a medicações.

Em relação a composição das equipes de saúde e profissionais vinculados aos serviços de saúde é possível consultar o site do CNES acessando cnes.datasus.gov.br

Procedimentos de acesso a saúde estão disponíveis no portal de transparência e através do canal de comunicação 160.

Indicadores de saúde e prestação de contas específicas do fundo municipal de saúde estão disponíveis nos relatórios de RDQA e RAG disponíveis no portal de transparência, aba saúde e fundos municipais

Informações sobre convênios e contratos estão disponíveis no portal da transparência.

Em relação às demais informações solicitadas, indefiro a solicitação considerando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o inciso III do Art. 5º do decreto municipal por envolver trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

Prezados(as),

A página informada na resposta à solicitação não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao digitar o endereço indicado, o portal exibe a seguinte mensagem:

"Não encontramos a página que você tentou acessar.
Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!
Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."

Além disso, com o suporte da Secretaria de Controle, acessei o Portal da Transparência, mas verifiquei que este também não disponibiliza as informações requeridas por meio do E-SIC em questão.

Ressalto que os dados solicitados não se enquadram como dados pessoais sensíveis, conforme definição do art. 5º, inciso III, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), tampouco identificam ou expõem informações pessoais de terceiros.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - LAI), em seu art. 3º, estabelece como princípio fundamental a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Ademais, o art. 7º da mesma lei assegura ao cidadão o pleno acesso à informação de interesse público.

Portanto, a negativa de acesso a dados públicos e não sensíveis pode configurar violação aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, tal conduta pode, em tese, caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, por atentar contra os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na administração pública.

Diante do exposto, requeiro a imediata revisão da negativa e o consequente deferimento do acesso integral às informações solicitadas, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para apuração de eventual conduta irregular ou omissiva por parte do órgão responsável.

O recurso, encaminhado à **SMS**, obteve a decisão, cujo trecho importa transcrever:

Em atenção ao recurso de acesso a informação, no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com art 4º do referido decreto, que o município de Campinas disponibiliza, no Portal da Transparência, acessível pelo endereço eletrônico <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/> diversas informações de interesse público.

(...)

Quanto as informações sobre exames solicitadas de forma genérica mantenho indeferimento visto que o sistema de saúde realiza diferentes modalidades de exames, desde análises biológicas, imunoistoquímicas, exames de imagem dinâmica e estáticas, exames clínicos diagnósticos dentre outros de alta e média complexidade. O levantamento de todos esses exames (como solicitado de forma genérica) envolve análise em diferentes sistemas de dados e Departamentos sendo necessária a paralização da rotina de trabalho de mais de um servidor para realização de levantamento em bancos de dados. Além disso, todos estes sistemas possuem dados sensíveis dos usuários do sus e só podem ser acessados por profissional de saúde envolvido no cuidado do mesmo.

(...)

Finalmente, considerando o exposto acima, reitero que o indeferimento se enquadra no artigo 5º, incisos I, II e III do decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022.

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, com exposição da fundamentação e requerimento, nas seguintes linhas:

Fundamentação do Recurso:

A resposta fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde **não cumpriu os requisitos básicos da Lei de Acesso à Informação**, caracterizando-se como genérica, evasiva e desprovida da

clareza necessária para garantir a efetiva transparência pública. Justifico o recurso pelos seguintes pontos:

- Falta de Indicação Clara e Acessível da Informação:**
A resposta indicou genericamente o Portal da Transparência (<https://transparencia.campinas.sp.gov.br>) sem apresentar o **caminho exato** para localização da informação solicitada. Após várias tentativas de busca, **os dados não foram encontrados**.
- Indicação de Fonte Incorreta e Irrelevante:**
Foi sugerido o acesso ao CNES (<https://cnes.datasus.gov.br>), que **não disponibiliza informações sobre a quantidade de exames solicitados ou realizados**, limitando-se a dados cadastrais das unidades de saúde. Essa indicação é, portanto, **totalmente inadequada** ao objeto do pedido.
- Encaminhamento Indevido para Canal Telefônico:**
A Secretaria sugeriu contato via telefone 160, ignorando que o pedido foi formalizado por meio da **plataforma oficial E-SIC**, justamente para evitar burocracias e garantir registro formal do pedido e da resposta. Essa prática **fere o princípio da desburocratização previsto na LAI**.
- Indicação de Relatórios Inexistentes ou Inacessíveis:**
A Secretaria mencionou ainda os relatórios RDQA e RAG, **não encontráveis na pesquisa pública** do Portal da Transparência, sem qualquer orientação sobre onde localizá-los, descumprindo o dever de **orientação ao cidadão** previsto no artigo 11 da LAI.
- Classificação Incorreta de Dados como Sensíveis:**
Os dados solicitados são de natureza **estritamente estatística e agregada**, sem qualquer dado pessoal ou individualizado, **não se configurando como dados sensíveis**. A Lei de Acesso à Informação **veda a negativa genérica**, principalmente quando não há risco de violação de privacidade, o que é evidente neste caso.

Requerimento:

Diante da flagrante **ausência de fornecimento da informação solicitada**, reitero, em sua integralidade, o meu pedido original, requerendo o fornecimento de:

- Quantidade total de exames laboratoriais solicitados mensalmente;
- Classificação por tipo de exame;
- Quantidade efetivamente coletada no período de janeiro a maio de 2025;
- Em formato aberto e acessível (preferencialmente planilha Excel ou CSV).

Requeiro também, **caso a informação inexista**, que a Secretaria **declare expressamente a inexistência da informação**, conforme estabelece a LAI.

Por fim, solicito o **total deferimento do presente recurso** em respeito ao princípio da transparência pública e ao meu direito constitucional de acesso à informação.

É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**,

julgar os recursos interpostos, em última instância, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque, até o momento, a **RECORRENTE** não teve sua solicitação inicial atendida, sob a justificativa de que **exames foram solicitados de forma genérica** e de que “O levantamento de todos esses exames (como solicitado de forma genérica)” envolve análise em diferentes sistemas de **dados e Departamentos**, o que **requer a paralisação de trabalho de mais de um servidor**. Além disso, todos esses **sistemas demandariam acesso por profissionais de saúde envolvidos**, por possuírem **dados sensíveis dos usuários do SUS**. Por fim, a negativa **baseou-se no art. 5º, incisos I a III do Decreto Municipal nº 22.170/2022**.

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, incisos I a III, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - **genéricos**;

II - **desproporcionais ou desarrazoados**;

III - **que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade**;

IV - **que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade**;

V - **que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021**.

Os dispositivos guardam semelhança com o **art. 13, incisos I a III, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - **genéricos**;

II - **desproporcionais ou desarrazoados**; ou

III - **que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade**.

Sobre essas hipóteses legais, colacionamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017**, pp. 6 e 10/11:

2.1 Pedido genérico

Um pedido de acesso à informação, para ser atendido e considerado como válido, deve permitir que a Administração identifique a informação que interessa ao cidadão ¹. No entanto, alguns cidadãos, quando realizam seus pedidos de acesso à informação, não os descrevem de forma delimitada e geram diversas dúvidas, como ilustrado abaixo.



Figura 1: Pedido genérico

Fonte: Elaboração Enap

Os pedidos genéricos são aqueles que não descrevem de forma delimitada (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) o objeto do pedido de acesso à informação, o que impossibilita a identificação e a compreensão do objeto da solicitação. É um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para a sua delimitação e seu atendimento. Nos termos do Decreto nº. 7.724/2012:

(...)

IMPORTANTE

Muito embora a especificação do pedido seja um requisito para sua admissibilidade, é importante que a Administração não faça exigências demasiadas, o que prejudica o exercício do direito de acesso à informação pelos cidadãos. Isso significa que não é necessário que o pedido contenha todos os elementos de especificação (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) para ser considerado válido, basta que a Administração consiga identificar a informação. Afinal, exigências exageradas de especificação demandariam que o cidadão praticamente já conhecesse a informação que deseja acessar, motivo pelo qual a classificação de um pedido como genérico deve ser cautelosa.

Para melhor efetividade da relação entre a Administração Pública e os cidadãos, sempre que um pedido for considerado genérico, recomenda-se que se apontem os dados faltantes ou não adequadamente apresentados que poderiam ensejar atendimento futuro. Recomenda-se, inclusive, interlocução com o cidadão, orientando-o a apresentar novo pedido com maior precisão e clareza.

2.2 Pedido desproporcional

Um pedido de acesso à informação, para ser atendido, também não deve comprometer significativamente a realização das atividades rotineiras da instituição requerida, acarretando prejuízo injustificado aos direitos de outros solicitantes.

O pedido desproporcional pode ser entendido como a possibilidade de que uma única demanda, em decorrência da sua dimensão, inviabilize o trabalho de toda uma unidade do órgão ou da entidade pública por um período considerável.

É imprescindível que o órgão, ao responder ao pedido que considera desproporcional, indique ao cidadão, de forma clara e concreta, que o atendimento da sua solicitação inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta.

O órgão é responsável por mostrar a relação entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional, pois, nos pedidos desproporcionais, geralmente, os seus objetos não estão protegidos por salvaguardas legais, sendo informações de caráter público que, em tese, deveriam ser franqueadas ao demandante. O que inviabiliza a sua entrega, portanto, é a dificuldade operacional em se organizar a informação, e não o seu conteúdo.

A análise do impacto da solicitação sobre o exercício das funções rotineiras de um órgão público para fins de caracterização da sua desproporcionalidade deve sempre fundamentar-se em dados objetivos, cabendo à Administração o ônus de comprová-la, quando da negativa de acesso à informação, conforme o inciso II do parágrafo 1º do art. 11 da LAI:

(...)

É recomendável que a demonstração da desproporcionalidade do pedido considere as variáveis e os procedimentos a seguir:

- O quantitativo de registros componentes do banco de dados solicitado e objeto de eventual triagem, bem como seu método e critério de classificação;
- A natureza e os motivos que embasariam a presunção de existência de informação pessoal ou sigilosa no documento ou banco de dados;
- A quantidade estimada de horas de trabalho necessárias para o atendimento ao pedido;
- O percentual de servidores do órgão/setor que seriam dedicados ao fornecimento da informação (número de servidores necessários ao atendimento do pedido em relação ao número de servidores existentes no órgão/setor); e
- As ações desenvolvidas pelo órgão, à luz da Lei nº 12.527/2011, no que se refere à gestão e à classificação das informações produzidas e acumuladas, demonstrando os esforços para otimização dos atendimentos de futuros pedidos.

2.3 Pedido desarrazoado

É aquele que não encontra amparo nos objetivos da LAI e tampouco nos seus dispositivos legais, nem nas garantias fundamentais previstas na Constituição. É um pedido que se caracteriza pela desconformidade com os interesses públicos do Estado em prol da sociedade, como a segurança pública, a celeridade e a economicidade da Administração Pública.

Não é possível caracterizar como desarrazoado o pedido avaliando-se a motivação do solicitante².

2.4 Pedidos que exigem trabalhos adicionais



Figura 4: Pedidos que exigem trabalhos adicionais

Fonte: Elaboração Enap

À primeira vista, os pedidos que exigem trabalhos adicionais podem se confundir com os pedidos desproporcionais. De fato, os objetivos são semelhantes, uma vez que se relacionam à manutenção da objetividade dos pedidos e ao resguardo do interesse público durante as atividades de resposta dos órgãos. Ainda assim, é possível apresentar, em linhas gerais, a diferença entre desproporcionalidade e necessidade de trabalhos adicionais.

A desproporcionalidade, como vimos, é avaliada em termos do possível ônus excessivo que o atendimento de pedido poderá gerar nas funções rotineiras do órgão ou da entidade pública. Nessa hipótese, é razoável que se analise não somente o volume de informações solicitadas como também a quantidade estimada de horas de trabalho e de servidores que seriam destacados para concretizar o atendimento do pedido, como a localização, a triagem e eventual tarja dos documentos.

Por meio da avaliação da desproporcionalidade, busca-se evitar que a resposta a uma solicitação prejudique as atribuições da instituição, podendo causar atrasos no cumprimento de outras atividades essenciais da instituição pública, cercear direitos fundamentais de outros cidadãos ou até inviabilizar o serviço de acesso à informação.



Por sua vez, em relação ao não atendimento do pedido diante da necessidade de trabalhos adicionais, duas hipóteses são previstas no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012:

- a) trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações;
- b) serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.



A primeira hipótese está relacionada com a situação em que o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.

Assim, verifica-se que **a SMS, ao considerar o pedido: 1) genérico**, não apontou os dados faltantes que poderiam ensejar o atendimento futuro, **2) desproporcional ou desarrazoado**, não indicou de forma clara e concreta que o atendimento da solicitação inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta, tampouco demonstrou que o pedido se caracteriza pela desconformidade com os interesses públicos do Estado em prol da sociedade; **3) que exija trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações**, não informou os aspectos de divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como dispõe da informação.

O **pedido original** afigura-se objetivo identificando o objeto pretendido, o período temporal e a localização. Outras exigências podem prejudicar o exercício do direito do cidadão ao pedido de acesso à informação.

Nesse norte, **VOTO PELO DEFERIMENTO DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o retorno dos autos à **SMS** para a **disponibilização ao RECORRENTE da informação solicitada**, qual seja, **relatório contendo a quantidade de exames laboratoriais solicitados mensalmente na UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025, se possível**, organizados da seguinte forma: · Mês de referência, · Quantidade total de exames solicitados, · Classificação por tipo de exame (ex: hemograma, glicemia, colesterol, PSA, TSH, etc.) · Quantidade de coletas efetivamente realizadas.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). [\[1\]](#)

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

ⁱⁱ (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 22/07/2025, às 11:49, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15540850** e o código CRC **0880E431**.
